

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

PETROBRÁS SEGUE ENROLANDO E CATEGORIA AUMENTA PRESSÃO



O tema segue entre as principais reivindicações da categoria e voltou a ser debatido diante da demora da empresa em apresentar um calendário efetivo de negociação com as entidades sindicais. **PÁGINA 3.**



SEM ELAS NÃO

A presidenta do Sindipetro-RS, Miriam Cabreira, participou, na semana passada do Seminário **"Transição Energética Justa com Perspectiva de Gênero"**. **PÁGINA 2**

FIM DA JORNADA 6X1

Acordo na Câmara prevê jornada de 40 horas semanais e dois dias de descanso, mas trabalhadores sabem que a batalha no Congresso será dura e exige mobilização e engajamento.

PÁGINA 2

ORÇAMENTO PÚBLICO

Dirigentes sindicais, representantes de centrais sindicais, acadêmicos, movimentos sociais, juristas, parlamentares e lideranças políticas estiveram reunidos no dia 8 de maio, na sede do SindBancários Porto Alegre, para o **lançamento do Manifesto da Frente em Defesa do Orçamento Público diante das Emendas Parlamentares** e da campanha de novas adesões ao movimento.

PÁGINA 4.

FEMINICÍDIOS

Com o lema **"Pela vida das mulheres, a luta é de todos"**, a CUT lançou uma campanha nacional que reforça o **compromisso inadiável e permanente do movimento sindical** no enfrentamento ao feminicídio.

PÁGINA 4.

UMA CONQUISTA QUE NASCE DA LUTA, MAS EXIGE MOBILIZAÇÃO



Acordo na Câmara prevê jornada de 40 horas semanais e dois dias de descanso, mas trabalhadores sabem que a batalha no Congresso será dura e exige mobilização e engajamento.

Em mais um passo importante na luta pela valorização do trabalho e pela qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, a **Comissão Especial da Câmara dos Deputados** que analisa o fim da jornada 6x1 realizou dia 15/5, um seminário em Porto Alegre. O evento marcou o terceiro debate promovido pelo colegiado fora de Brasília.

O encontro reuniu o relator da proposta, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), o presidente da comissão, deputado Alencar Santana (PT-SP), e o líder do governo na Câmara, deputado Paulo Pimenta (PT-RS). Também marcaram presença sindicalistas, representantes de movimentos sociais, deputa-

das/as estaduais e federais, além do senador Paulo Paim (PT-RS), autor de proposta semelhante no Senado.

Para os petroleiros/as a pauta é de extrema relevância. A categoria, que historicamente enfrenta jornadas exaustivas e turnos ininterruptos, vê na PEC uma oportunidade concreta de redução das atuais 44 horas semanais para 40 horas, com garantia de dois dias de descanso, sem redução salarial.

TRANSIÇÃO AINDA É PONTO DE DEBATE

Apesar do amplo apoio político, o principal entrave segue sendo a **regra de transição**. Enquanto o setor produtivo pressiona por um período mais longo de adaptação, o governo defende a implementação imediata das novas regras. Uma alternativa em negociação prevê reduções escalonadas de uma ou duas horas por ano até atingir as 40 horas semanais.

O relator Leo Prates deve apresentar a primeira versão do seu parecer nesta semana e a expectativa é que a proposta seja votada na comissão até 26/5 e no plenário da Câmara no dia seguinte, 27 de maio.

MAIS DEBATES PELO PAÍS

Além de Porto Alegre, outros debates já foram e ainda serão realizados

pelo país. A mobilização em torno do tema reflete a força da pauta, que é prioritária para o governo Lula e conta com importantes apoios no Congresso, apesar da resistência patronal, que ameaça com crise e desemprego.

O Sindipetro-RS reafirma seu compromisso com a defesa da redução da jornada de trabalho sem perda de direitos e salários. A diretoria do Sindicato acompanha atentamente os desdobramentos da PEC e seguirá mobilizada em defesa de melhores condições de vida e trabalho para a categoria petroleira e para toda a classe trabalhadora ■

LONGA CAMINHADA

- A escala 6x1 sempre foi um símbolo da precarização no Brasil. Em **2019**, durante o governo Bolsonaro, tentativas de flexibilizar ainda mais a jornada foram barradas pela pressão popular. Em **2023**, movimentos como o **VAT (Vida Além do Trabalho)** e centrais sindicais lançaram uma **campanha nacional** pelo fim da escala 6x1, colhendo mais de 1,5 milhão de assinaturas para uma PEC de iniciativa popular. Em **2024**, a PEC foi protocolada na Câmara com apoio de 213 deputados. A partir daí, começou um intenso lobby patronal. Em **2025**, a **pressão das ruas** — com greves gerais setoriais e atos em 26 capitais — forçou o governo a abrir negociação.



SEM ELAS NÃO - A presidente do Sindipetro-RS, Miriam Cabreira, participou, semana passada do Seminário "Transição

Energética Justa com Perspectiva de Gênero". O projeto desenvolvido pela **IndustriALL** e **FES** (Friedrich-Ebert-Stiftung) reuniu mulheres sindicalistas do setor de energia de vários países da América Latina para momentos de reflexão, construção e fortalecimento a fim de enfrentar uma conjuntura difícil e uma agenda complexa que é a da Transição Energética. "Transição energética justa, soberana e popular só com a participação das mulheres e foi isso que nós debatemos aqui em Bogotá num projeto organizado pela IndustriALL e pela FES, que reuniu mulheres sindicalistas do setor de energia aqui da América Latina de vários países, para a gente poder avaliar a conjuntura, ver as nossas realida-

des, o que temos em comum, o que temos de diferente para construir caminhos que possamos levar para os nossos países e também articular internacionalmente". De acordo com a dirigente, **as mulheres são as principais afetadas pelas mudanças climáticas e quando tem mudanças no mundo do trabalho**. "Então, para que a transição seja justa, somente com a participação das mulheres na construção dessas saídas é que nós conseguiremos alcançar", concluiu.



BASTA DE MISOGINIA - O Sindipetro-RS emitiu nota **prestando solidariedade e repudiando ação machista e de misoginia sofrida pela dirigente Cidiana Masini, vice-presidente da CIPAA na Revap**, semana passada. De acordo com a nota, durante treinamento da CIPAA focado nos graves riscos da **exposição ao benzeno**, o palestrante (higienista da Recap) optou pela agressividade, parcialidade e desqualificação da colega. Ao falar para defender as pautas do chão de fábrica, com toda representatividade e conhecimento técnico, Cidiana foi sucessivamente interrompida e tratada com gritos e desdém. O agressor só parou quando outro homem interveio. A nota reforça que esse não é um caso isolado e representa o reflexo de **um problema sistêmico dentro do Sistema Petrobrás**, onde a violência de gênero tenta calar aquelas que se levantam para defender a saúde, a segurança e os direitos da nossa categoria.



SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ E CUT

DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Nalva, Cadore, Stelmaki, Medeiros, Trovo, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio, Karina, Lautert, Oscar, Tiago Maria, Geisa, Lisboa, Russo.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (Mtb 6.771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278)

SEDE PORTO ALEGRE - Rua Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA DE CANOAS - Rua Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-000 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

PETROBRÁS SEGUE ENROLANDO E PETROLEIROS REFORÇAM PRESSÃO POR NOVO PLANO DE CARGOS

A diretora do Sindipetro-RS, Nalva Faleiro, participou, dia 13 de maio, das discussões nacionais da categoria petroleira sobre a luta por um novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) para os trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Petrobrás. O tema segue entre as principais reivindicações da categoria e voltou a ser debatido diante da demora da empresa em apresentar um calendário efetivo de negociação com as entidades sindicais.

Durante o encontro, foi reforçada a preocupação das representações sindicais com a postura da gestão da Petrobrás, que segue ignorando os pedidos de retomada das negociações sobre o plano de cargos, mesmo após o compromisso firmado durante as negociações do ACT 2025-2027.

Para a categoria, é inaceitável a morosidade da empresa em tratar uma pauta considerada estratégica para o futuro dos trabalhadores do Sistema Petrobrás. A federação lembra que suspendeu ações judiciais relacionadas ao tema justamente para priorizar a



construção negociada de uma proposta coletiva, mas até o momento não recebeu resposta concreta da empresa.

CONSELHO DELIBERATIVO

Um novo Conselho Deliberativo da FUP, com a participação dos sindicatos, foi agendado para o dia 27 de maio. A orientação é que os sindicatos debatam

o tema nas bases para definir os próximos passos da luta e as ações necessárias para pressionar a empresa a negociar.

LUTA HISTÓRICA DA CATEGORIA

O Sindipetro-RS lembra que a construção de um novo PCCS é uma reivindicação histórica dos petroleiros e petroleiras. O tema vem sendo debatido intensamente desde 2024 e ganhou ainda mais força após o seminário unitário realizado em março de 2025, quando a FUP e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) aprovaram uma proposta unificada para todo o Sistema Petrobrás.

Para o Sindicato, a luta por um novo plano de cargos está diretamente ligada à valorização dos trabalhadores e trabalhadoras que constroem diariamente o Sistema Petrobrás e à defesa de uma empresa pública forte, integrada e comprometida com o desenvolvimento nacional. ■

PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA UNITÁRIA PARA O NOVO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIO DO SISTEMA PETROBRÁS

Criação de um único Plano de Cargos para todo o Sistema Petrobrás, com igualdade salarial entre empresas, regiões e funções.

Plano negociado coletivamente com sindicatos e federações, garantindo que mudanças só ocorram mediante nova negociação coletiva.

Garantia de pagamento efetivo dos adicionais de periculosidade e intramuros, sem perdas salariais para os trabalhadores.

Defesa da equidade salarial, combate à discriminação e implantação de políticas de cotas para raça, gênero, neurodivergências e PCDs.

Transparência salarial e participação dos trabalhadores na gestão estratégica da Petrobrás.

Eleição para cargos de liderança, inclusive diretoria e presidência da empresa.

Fim dos níveis A e B, com reenquadramento dos trabalhadores para níveis superiores.

Ampliação do intermível salarial de 3,8% para 5%.

Referência salarial baseada no salário mínimo do DIEESE.

Criação da carreira de Fiscal de Contrato.

Valorização de cargos que exigem certificações específicas, como inspetores, operadores e técnicos.

Incentivo à qualificação profissional com avanço de nível ou adicionais para cursos, graduações e especializações.

Progressão de carreira com avanço de nível anual por desempenho e por antiguidade a cada 18 meses.

Garantia de que ao menos 70% dos trabalhadores sejam contemplados nos processos de avanço de nível.

Promoção automática por tempo máximo de permanência nas carreiras júnior, pleno e sênior.

Garantia de pagamento extra para trabalhadores "topados" no último nível da carreira.

Participação dos trabalhadores na avaliação das chefias e escolha de supervisores e gerentes.

Garantia de progressão e promoção para dirigentes sindicais e cipeiros eleitos, evitando perseguições.

Mudança de cargo com capacitação garantida pela empresa, sem prejuízo salarial.

Garantia de reposição de vagas próprias, combatendo terceirizações em substituição a trabalhadores concursados.

Criação de processos transparentes para vagas internas e mudanças de cargo.

Reparação financeira para trabalhadores prejudicados pelos antigos planos PCAC e PCR.

Reenquadramento salarial de trabalhadores admitidos com pisos inferiores após 2023.

Reparações para aposentados, mulheres prejudicadas na licença maternidade e trabalhadores de subsidiárias com defasagem salarial.

ORÇAMENTO PÚBLICO

ENTIDADES DENUNCIAM PODER DAS EMENDAS PARLAMENTARES E COBRAM MAIS RECURSOS PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO

Dirigentes sindicais, representantes de centrais sindicais, acadêmicas, movimentos sociais, juristas, parlamentares e lideranças políticas estiveram reunidos no dia 8 de maio, na sede do SindBancários Porto Alegre, para o **lançamento do Manifesto da Frente em Defesa do Orçamento Público diante das Emendas Parlamentares** e da campanha de novas adesões ao movimento.

Criada em março, a **Frente reúne 25 organizações da sociedade civil** e denuncia que as emendas parlamentares deixaram de ser um instrumento complementar do orçamento público para se transformarem, na última década, em um mecanismo que hoje movimenta mais de **R\$ 50 bilhões anuais**, ampliando significativamente o controle do Congresso Nacional sobre a execução das políticas públicas. E **no atual Congresso, reconhecidamente inimigo do povo, isto representa um perigo**.

Durante o encontro, foram apresentadas análises apontando que, **entre 2010 e 2019**, enquanto cresceram os recursos destinados às emendas parlamentares, diminuíram os investimentos em áreas essenciais, como saúde e educação. Segundo os debatedores, essas áreas estão entre as mais afetadas pela fragmentação orçamentária provocada pelas emendas.

As falas destacaram que recursos públicos que poderiam fortalecer políticas estruturantes, como o Sistema Único de Saúde (SUS), acabam sendo direcionados para entidades privadas, comprometendo o caráter público e universal dos serviços.

Um dos palestrantes do encontro, o **ex-prefeito de Porto Alegre e ex-deputado estadual, Raul Pont**, classificou a mobilização como **“uma luta grandiosa e necessária para a democracia”**. Segundo ele, o atual modelo de emendas parlamentares enfraquece o sentido coletivo da política e estimula relações clientelistas. “Liquidada com qualquer processo de decisões coletivas e lutas comuns e transforma a política num processo de relação individual com sua clientela”, afirmou.

O **presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Amarildo Cenci**, também criticou o atual modelo, afirmando que ele distorce a função institucional dos poderes e enfraquece a construção coletiva da política pública. “Além de desvirtuar as funções constitucionais e o equilíbrio entre os poderes, o atual modelo de emendas parlamentares cria currais políticos, fragmenta recursos públicos e fortalece uma lógica antidemocrática e antipolítica”, destacou.

A proposta da CUT e das entidades que integram a Frente é **ampliar o debate junto à classe trabalhadora e relacionar a discussão do orçamento público com pautas centrais dos trabalhadores, como a luta pela redução da jornada 6x1**.

O Orçamento da União de **2026**, aprovado pelo Congresso Nacional, prevê cerca de **R\$ 61 bilhões em emendas parlamentares**, somando emendas individuais, de bancada e de comissão. Desse total, aproximadamente R\$ 37,8 bilhões são impositivos, ou seja, de pagamento obrigatório pelo governo federal ■

FEMINICÍDIOS

CUT LANÇA CAMPANHA PERMANENTE - A CUT lançou, em ato **dia 14/5**, na sede da Central em SP, a **Campanha Permanente de Combate ao Femicídio**. No evento,

que reuniu autoridades e lideranças, como a ministra da Mulher, Márcia Lopes, a vice-presidenta do Instituto Maria da Penha (IMP), Regina Célia Almeida, além de **dirigentes sindicais** de diversas categorias, também foi assinada a adesão da entidade ao **Pacto Brasil Contra o Femicídio**. A campanha prevê ações ao longo de 2026, incluindo a **construção de pautas para negociação coletiva** e iniciativas de formação, comunicação e mobilização nas entidades sindicais. Com o lema **“Pela vida das mulheres, a luta é de todos”**, a campanha reforça a necessidade de organização coletiva, presença do Estado e **compromisso permanente do movimento sindical no enfrentamento ao feminicídio**.



SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - **Dr. Lúcio Costa** e **Dra. Graciele Santiago Gonçalves** - Deve ser enviado um e-mail para atendimento@costaeadvogados.adv.br

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - **Dr. Abrão Blumberg** e **Caroline Anversa** - Agendamento através do **WhatsApp (51) 992.921.642**.

ASSISTENTE SOCIAL - **Jaqueline da Costa** - Atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria **(51) 998.943.814**.

NOTAS

A MAIS LUCRATIVA

O encerramento do primeiro trimestre de 2026 apontou a Petrobrás como a **petroleira mais lucrativa do mundo**, com um lucro líquido de **US\$ 6,25 bilhões (R\$ 32,7 bi)**, superando empresas como Shell (US\$ 5,69 bilhões) e ExxonMobil (US\$ 4,18 bilhões), segundo levantamento divulgado pela consultoria Elos Ayta. De acordo com o estudo, o desempenho foi favorecido pela valorização do real frente ao dólar, a **elevada produtividade dos campos do pré-sal**, um dos ativos offshore mais competitivos da indústria mundial, além do impacto das tensões geopolíticas no Oriente Médio.

“VOCÊ ACHA QUE ME CONFORMEI?”

“Você acha que me conformei, algum dia, com a venda da BR Distribuidora?”. Essa pergunta foi feita pelo **presidente Lula** em evento da Petrobrás em Camaçari, quando **defendeu que a estatal volte a ter maior capacidade de atuação em áreas estratégicas, como refino, distribuição de combustíveis e fertilizantes**. Ao criticar a venda de partes da estatal, Lula afirmou que houve uma tentativa de enfraquecer a Petrobrás por meio da alienação de ativos. “Eles sempre tentaram privatizar a Petrobrás e com medo de não ser aprovado no Congresso, resolveram vender pedaços da Petrobrás”, e citou a **venda da BR Distribuidora** como um dos pontos centrais de sua crítica. Segundo ele, a operação retirou da Petrobrás a possibilidade de influenciar diretamente a distribuição de combustíveis no país. “Você acha que eu me conformei algum dia com a venda da BR? Por que vender a BR? Ou seja, ao vender a BR, eles tiraram da Petrobrás o direito de influir nos preços, na distribuição”, afirmou Lula, reafirmando que acredita que a Petrobrás pode voltar a ter uma distribuidora. “Eu tenho certeza de que se a gente tiver no ritmo que a gente tá, e se vocês tiverem a vontade política, a gente vai ter uma distribuidora de gasolina outra vez”, declarou.

